



**Empresa Brasil
de Comunicação**

EBC - Empresa Brasil de Comunicação
SCRN 502, Bloco B, nº 80
70720-502 Brasília DF
Caixa Postal 08840
Fone: (61) 3799-5200

**ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR DA EMPRESA
BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A – EBC, REALIZADA AOS TRINTA DIAS DO MÊS
DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZ NO HOTEL NACIONAL – BRASÍLIA-DF, NA FORMA
ABAIXO:**

CNPJ Nº 09.168704/0001-42

NIRE Nº 53.5.0000348-7

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e dez, às quatorze horas, no Hotel Nacional, Brasília-DF, reuniu-se o Conselho Curador da EBC, convocado na forma do artigo 28 do Decreto nº 6.689, de 11 de dezembro de 2008, publicado no DOU de 12 de dezembro de 2008, com a presença dos seguintes membros: **Ima Célia Guimarães Vieira** (presidente), **João Luiz Silva Ferreira** (ministro de Estado da Cultura), **Franklin de Souza Martins** (ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República), **Ildeu de Castro** (Diretor do MCT), representando o Sr. **Sérgio Machado Rezende**, ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, **Carlos Bielschowsky** (Secretário de Educação à Distância), representando o Sr. **Fernando Haddad**, ministro de Estado da Educação, **Ana Luiza Fleck Saibro** (vice-presidente), **Paulo Ramos Derengoski**, **Lourival Antonio Macedo**, **Murilo César Ramos**, **Daniel Aarão Reis Filho**, **José Paulo Cavalcanti Filho**, **Lúcia Willadino Braga**, **Maria da Penha Fernandes**, **Manoel Roberto Seabra Pereira**, **Heloísa Maria Murgel Starling**, **José Antônio Fernandes Martins**, **Takashi Tome**, **Mário Augusto Jakobskind**, **Ana Maria da Conceição Veloso**, **Maria Tereza Cruvinel**, na qualidade de diretora-presidente, além de **Laurindo Leal Filho**, ouvidor Geral, e **José Roberto Garcez**, diretor de Serviços da EBC. Os ministros de Estado da Educação **Fernando Haddad**, da Ciência e Tecnologia **Sérgio Machado Rezende**, e os conselheiros **Cláudio Salvador Lembo**, **João Jorge Santos Rodrigues** e **Paulo Sérgio Pinheiro** justificaram suas ausências. A reunião foi convocada para atender a seguinte pauta: I) Abertura e Aprovação da Ata da 18ª Reunião Ordinária, II) Posse da conselheira Ana Maria da Conceição Veloso, III) Parecer 01/2010 – Câmara de Educação, Cultura, Ciência e Meio Ambiente, IV) Operador de Rede Digital, V) Audiência Pública Conselho Curador, VI) Apresentação Ouvidoria, VII) Outros assuntos. **Deliberações: I)** A Pauta da 19ª e a Ata da 18ª Reuniões foram aprovadas por unanimidade. **II)** A presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** deu posse à professora Ana Maria da Conceição Veloso como conselheira representante da sociedade civil. A diretora-presidente **Maria Tereza Cruvinel**, a respeito da produção do Manual de Jornalismo da EBC, expôs as dificuldades de cumprir o prazo de cinco meses para tornar públicos os princípios e conceitos orientadores do Manual, estabelecido no art. 3º da Resolução 05/2010. O assunto foi exaustivamente debatido pelo Conselho (fls. 5/42 n.t.). Por fim, deliberou-se por modificar a resolução, alterando-se tal prazo para 8 (oito) meses, dando-se o mesmo prazo para a realização de seminário internacional sobre o tema. A presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** prestou as seguintes informações: 1. Os conselheiros receberam a nova grade da programação da TV Brasil; 2. Solicitou aos conselheiros que ainda não optaram pela inserção nas câmaras temáticas que o façam junto à secretaria-executiva do Conselho; 3. Informou que a Câmara de Jornalismo e Esportes e a Câmara Infanto-Juvenil contarão, a partir de julho, com o apoio de pesquisadores acadêmicos vinculados às universidades públicas, para auxiliar na avaliação do conteúdo dos veículos da EBC; 4. Solicitou aos conselheiros que leiam a minuta para a atualização do Regimento Interno do Conselho Curador, a ser discutida na próxima reunião; 5. Solicitou, também, que os conselheiros opinem sobre a arquitetura do novo site do

10

Conselho no prazo de duas semanas, para que a secretaria-executiva do conselho dê andamento ao projeto. A conselheira **Ana Luiza Fleck Saibro** informou que o Projeto de Lei do senador Renato Casagrande, que determina que o diretor-presidente da EBC seja submetido à sabatina pública no Senado, foi aprovado e está na Câmara dos Deputados para ser apreciado. A diretora-presidente **Maria Tereza Cruvinel** prestou as seguintes informações: 1. Os relatórios de audiência dos meses de maio e junho estão sendo distribuídos aos conselheiros; 2. A EBC está, em Brasília, em mudança para a nova sede, onde devem ser realizadas as próximas reuniões do Conselho; 3. A EBC teve aproximadamente R\$ 50 milhões contingenciados, mas a diretoria já está trabalhando para recompor o orçamento da empresa; 4. O Plano de Trabalho de 2010 aprovado pelo Conselho está sendo cumprido e oportunamente gostaria de apresentar os resultados; 5. O programa Três a Um fará em julho entrevistas com os três principais candidatos à Presidência da República. O ministro **Franklin Martins de Souza** afirmou que solicitou à assessoria da Secom um estudo mais apurado sobre a audiência da TV Brasil no público abaixo dos 17 anos, o qual enviará oportunamente ao Conselho. A conselheira **Heloisa Starling** deu informe da Câmara de Cultura, Educação, Ciência e Meio Ambiente: a Câmara vai realizar uma pesquisa sobre os conteúdos educativos existentes no Brasil e nas emissoras públicas no mundo, para subsidiar o debate do Conselho sobre a substituição gradual dos "telecursos" hoje presentes na grade da TV Brasil. Adicionalmente, informa que a Câmara também passará a fazer uma avaliação dos programas culturais, para verificar se os mesmos contemplam as diversidades existentes no Brasil. III) Parecer nº 01/2010 da Câmara de Cultura, Educação, Ciência e Meio Ambiente sobre programação religiosa TV Brasil/emissoras de rádio da EBC. O conselheiro **Daniel Aarão Reis Filho** apresentou a proposta de calendário para a discussão do tema. Nos meses de julho e agosto o Conselho promoveria uma consulta pública sobre o parecer; no mês de setembro a consulta seria sistematizada pela secretaria-executiva e, adicionalmente, seria feita uma breve pesquisa sobre como outros sistemas públicos no mundo lidam com essa questão; nos meses de outubro e novembro o tema voltaria a ser discutido pelos conselheiros e nas reuniões de novembro ou dezembro o Conselho tomaria uma decisão final sobre a matéria. O ministro **Franklin Martins de Souza** sugeriu a substituição da palavra "regalia" por "tratamento", o que foi acolhido por unanimidade. O conselheiro relator reafirmou a importância de a diretoria-executiva verificar a existência ou não de contratos, convênios ou qualquer instrumento jurídico firmado com as entidades religiosas. O calendário sugerido da Câmara de Cultura, Educação, Ciência e Meio Ambiente foi aprovado pelo Conselho por unanimidade e o texto do parecer entrará imediatamente em Consulta Pública. V) O item Operador de Rede Pública de TV Digital foi apresentado pelo diretor de Serviços **José Roberto Garcez** (íntegra às fls. 72/81 n.t.). O ministro **Franklin Martins de Souza** destacou que o Operador também poderá servir emissoras privadas; que a cobertura será nacional, uma vez que 30% dos brasileiros captam o sinal de televisão por antenas parabólicas; que a licitação será internacional, uma vez que outros países têm maior *know-how* neste tipo de serviço; que o Operador não colide com o Plano Nacional de Banda Larga; e que o governo discutiu a matéria pois o projeto requer garantias do Tesouro Nacional. O conselheiro **Takashi Tome** perguntou se foi realizado um estudo de engenharia econômica e uma análise de sensibilidade de custos do projeto. O diretor de Serviços da EBC, **José Roberto Garcez**, afirmou que o desenho do Operador apresentado é o inicial, reivindicado pelos agentes que estão participando do projeto; que o projeto é flexível; e eventualmente podem entrar ou sair programações; e que estudos indicam que os custos são suportáveis pelos participantes. O conselheiro **Takashi Tome** recolocou a questão, questionando se a análise de engenharia econômica aponta que a EBC está "gastando bem" o dinheiro. O diretor de Serviços **José Roberto Garcez** respondeu positivamente e se dispôs a colocar o conselheiro Takashi Tome em contato com os responsáveis pelo projeto econômico do Operador. A diretora-presidente **Tereza Cruvinel** reiterou o pedido ao diretor de Serviços para que coloque mais informações à disposição do conselheiro Takashi Tome, lembrando que o

governo federal precisou ser envolvido para dar as garantias financeiras, e solicitou a colaboração dos conselheiros representantes do Congresso Nacional para fazer avançar o diálogo com as duas casas, Senado e Câmara. O conselheiro **Takashi Tome** informou que entidades do campo público, Astral e ABTU, têm reclamado que não têm obtido sucesso ao tentar dialogar com a EBC em relação ao projeto. Adicionalmente, indagou se a tipologia da rede contemplava as necessidades das emissoras estaduais (educativas e legislativas), uma vez que a mesma parece ser totalmente vertical. O diretor de Serviços **José Roberto Garcez** afirmou o que o projeto não se relaciona diretamente com a Astral e a ABTU, e que o mesmo foi desenhado para atender as emissoras públicas federais, não contemplando, assim, as emissoras públicas estaduais. A diretora-presidente **Tereza Cruvinel** afirmou que a ela também têm chegado reclamações sobre o unilateralismo da EBC na condução do projeto e que é preciso refletir sobre a questão das emissoras estaduais, pois com o desenho atual estas podem optar por um sistema próprio. O diretor de Serviços **José Roberto Garcez** afirmou, ainda, que se o projeto contemplar a distribuição em rede de todos os estados o mesmo passará a ser inviável economicamente. O representante do MEC **Carlos Eduardo Bielschowsky** afirmou que participou da elaboração do projeto e parabenizou a EBC pelo trabalho; afirmou que a horizontalidade desejada vai se realizar por meio da Canal Cidadania, por opção do Ministério das Comunicações; e que o MEC pretende desenhar uma TV Universitária nacional com o que há de melhor no país. Afirmou, ainda, que o projeto permite o sinal local, bastando que haja financiamento para isso, e que isso poderia ser feito para os Legislativos estaduais, bastando um desenho institucional que contemple essa demanda. O diretor de Serviços **José Roberto Garcez** afirmou que nas capitais dos estados será possível ter programações locais, mas nas outras cidades isso foi inviabilizado pelo alto custo, embora a tecnologia permita isso. O ministro **Juca Ferreira** lembrou que a TV comercial nasceu verticalizada em função do modelo de negócios das cabeças de rede e também em função do projeto político de "unidade nacional", uma vez que a diversidade era percebida como potencial fragmentadora do Brasil; disse que a TV pública não pode seguir esse caminho, já que a diversidade cultural brasileira é o maior patrimônio do país e que, inversamente, deve ser acionada para "produzir exatamente a unidade nacional na democracia cultural". Afirmou que o conceito de rede que está se espalhando pelo mundo busca essa possibilidade de cooperação horizontal entre diversos atores; que sob o ponto de vista do modelo, trata-se de uma possibilidade imensa de acionar o que há de melhor no Brasil. Defendeu ainda que o projeto deve ser amadurecido, recuperando a discussão original do Fórum de TVs Públicas, uma vez que a compreensão geral dos especialistas era de que uma rede horizontal seria o grande momento de personalização do potencial da TV pública em relação ao modelo da TV privada. O representante do MEC **Carlos Eduardo Bielschowsky** reiterou que entende que essa horizontalidade está contemplada no projeto original, restando unicamente "ver quem paga a conta" nos municípios que não são capitais. O conselheiro **Daniel Aarão Reis** afirmou que uma das grandes questões envolvidas no debate sobre o Operador é a questão sobre verticalidade e horizontalidade, e a EBC deve sempre preferir os modelos horizontais, pois estes são essencialmente democráticos. Nesse sentido, o conselheiro perguntou qual o adicional de custo para um projeto mais horizontal; apontou preocupação com as possibilidades de violações à privacidade no ambiente digital; e externou preocupação sobre a entrega a um ente privado do Operador Digital, questionando se isso é aconselhável: "se numa situação de crise geral, de crise global, esse ente privado nos cortar o sinal, onde vamos reclamar? Cai toda estrutura das comunicações públicas". Perguntou também o conselheiro qual o custo e a viabilidade de se levar o projeto para cidades com menos de 100 mil habitantes. Por fim, sugeriu a realização de um seminário técnico sobre o tema, com diferentes pontos de vista, para que o Conselho possa amadurecer a questão. O conselheiro **Takashi Tome** afirmou não se sentir satisfeito com as respostas, pois as informações são contraditórias, mas concordou com o encaminhamento proposto pela diretora-presidente, da EBC voltar a dialogar com os

parceiros; concordou com as ponderações do conselheiro Daniel Aarão sobre o risco de uma estrutura privada ser responsável pela emissão dos sinais do sistema público, uma vez que a estrutura do Operador é "crítica", ou seja, se paralisada pode afetar seriamente a vida do país, e por isso gostaria de discutir melhor essa questão. O conselheiro **Murilo César Ramos** solicitou informações sobre o andamento administrativo do projeto; perguntou se já há investidores interessados, nacionais ou estrangeiros; questionou se o modelo de parceria contempla a possibilidade desses investidores explorarem a rede para outros clientes privados; lembrou, por fim, que há um fato novo no ambiente das telecomunicações brasileiras, que é o reingresso da Telebrás no mercado, e que o Operador pode ser bom negócio para ela. A diretora-presidente **Tereza Cruvinel** afirmou que acha a discussão importante e que foram agregados subsídios relevantes para reflexão. "Esse foi um processo que no início foi muito coletivo, e nos últimos meses é que os parceiros têm reclamado, porque temos nos envolvido com muitas coisas e o projeto avançou sem muita pactuação, embora tenha sido construído com as outras televisões. Se houver uma revisão de modelo tecnológico, isso implicará a perda de um grande esforço realizado, de grandes etapas já cumpridas por este projeto, como estar pactuado do ponto de vista orçamentário, do ponto de vista tecnológico, do ponto de vista institucional, há inclusive um termo de cooperação assinado com os outros poderes. A migração da EBC para o sistema digital, se for depender de outro edital, vai levar mais tempo. Instalamos canais digitais no Rio, Brasília e São Paulo, e temos consignados Porto Alegre, Belo Horizonte, São Luiz do Maranhão, Goiânia, e outros dois que não me lembro. Então vamos caminhar instalando por conta própria, esquecendo essa articulação ou vamos esperar uma revisão?". O conselheiro **Manoel Roberto Seabra** afirmou que o problema com a TV Câmara parece ser orçamentário, e que considera a idéia de fazer uma rede única digital de TV muito avançada. Perguntou se é possível conciliar esse projeto do Operador único com o projeto de expansão da rede analógica. A diretora-presidente **Tereza Cruvinel** afirmou que a EBC solicitou alguns canais analógicos somente para iluminar "buracos negros": "são poucos canais, e não é uma rede, até porque estaríamos sendo maus gestores se estivéssemos investindo muito. Uma retransmissora hoje custa oitocentos mil. Agora, um canal digital custa nove milhões. Como o sistema analógico vai ser desligado em 2016, não podemos jogar dinheiro nesse sistema. Por isso fizemos a rede pública analógica com as outras TVs estaduais". O conselheiro **José Paulo Cavalcanti** afirmou que, caso o projeto vá à votação, pedirá vistas do processo, para que possa melhor analisá-lo; externou a preocupação em relação às cinco mil cidades que ficarão de fora da área de cobertura do projeto; e abordou a questão da verticalização do projeto: "ao invés de fazer com que todas as bordas sejam atingidas pelo centro, recebendo mensagens, essas bordas poderiam levar seus próprios sinais, cultura, esportes, economia para a rede e para si mesmo. O processo de colonização das bordas pelo centro já está em marcha pelas cadeias de TVs privadas, e nossa missão não deveria ser replicar a TV Globo, mas produzir uma TV diferente, em que identidades sejam preservadas e o povo se reconheça nela. Investir novecentos milhões numa infraestrutura *top down*, de cima para baixo, do centro para as bordas e gastar quatro vezes mais, pelo menos, em sua operação, talvez seja um desperdício, considerando as demandas do futuro, por interação e não apenas por recepção de informação". A conselheira **Ana Luiza Fleck Saibro** perguntou em que fase de tramitação está o projeto, e se as discussões no Conselho Curador podem influir na alteração do projeto. O diretor de Serviços **José Roberto Garcez** afirmou que o projeto está, nesse momento, no Ministério do Planejamento, responsável por encaminhar o projeto para o Tribunal de Contas da União. "Embora o TCU já tenha conhecimento informal de todo processo, a Câmara Técnica do Tribunal vai recebê-lo formalmente e tem 45 dias para examinar o projeto e fazer propostas de emendas e correções. Informalmente, já foram incorporadas várias sugestões do Tribunal de Contas. Após a análise do TCU, é publicado o edital". A diretora-presidente **Tereza Cruvinel** completou afirmando que à luz da lei, o objeto em debate "não é competência deste Conselho, mas acho que é

importante a opinião do Conselho Curador, uma vez que não há, na verdade, muito como traçar uma linha divisória entre o que é logística, infra-estrutura de administração, temas que pertencem ao Conselho de Administração da EBC, e programação e conteúdo, temas que pertencem a este Conselho. Mas, é óbvio, por tudo que todos falaram, que não existe essa separação. Claro que o modelo de rede impacta o tipo de programação que vamos fazer, então não há essa divisão. O projeto já passou pelo Conselho de Administração, para que pedíssemos dinheiro e colocássemos uma emenda na LDO. São várias providências que já tomamos no nível institucional. Acredito que tem que ter pelo menos uma pactuação sobre a opinião do Conselho Curador. Se ele pediu para ver, tem toda autoridade para emitir um parecer, porque isso vai impactar também conteúdo e programação, e levaremos ao outro conselho, se for o caso. Acho que é esse o encaminhamento". O conselheiro **Daniel Aarão** sugeriu a paralisação do processo até a análise pelo Conselho e propôs a realização de um seminário sobre o tema. A diretora-presidente **Tereza Cruvinel** afirmou não ser necessário suspender o andamento do projeto, pois o que está em análise pelo TCU é a autorização legal para fazer uma licitação, e o objeto da licitação pode ser posteriormente alterado. Os conselheiros **Takashi Tome**, **Ana Maria da Conceição Veloso** e o representante do MCT, **Ildeu de Castro**, concordaram com a proposta de realização de um seminário e reforçaram a necessidade de envio de material complementar. A presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** também sugeriu a realização de uma reunião ou seminário específico para discutir e aprofundar o assunto e solicitou sugestões de nomes para convidar para essa reunião extraordinária. Sugeriu também a montagem de um grupo de trabalho com conselheiros que se interessem pelo assunto, para que se produza um parecer sobre o tema. Em função da importância e da complexidade do tema, deliberou-se por uma reunião extraordinária do Conselho, na forma de seminário ou similar, no dia 24 de agosto, em modelo a ser definido na reunião ordinária de 3 de agosto. O conselheiro **Paulo Ramos Derengoski** alertou para dois erros ocorridos no Repórter Brasil, não corrigidos no próprio jornal. A diretora-presidente **Maria Tereza Cruvinel** informou que foram tomadas as providências para que não mais ocorressem tais erros. **V) Laurindo Leal Filho** fez a apresentação da Ouvidoria (fls. 138/142), que não entrou em debate em função da escassez de tempo. A presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** encerrou a reunião, informando que a próxima reunião do Conselho Curador será no dia 3 de agosto, às 14h, em Brasília. O item V da pauta, Audiência Pública Conselho Curador, ficou para ser apreciado na próxima reunião. Para constar, eu, **Diogo Moyses Rodrigues**, secretariei a reunião, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes na reunião.


IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA
Presidente


ANA LUIZA FLECK SAIBRO
Vice-presidente


JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA
Ministro de Estado da Cultura



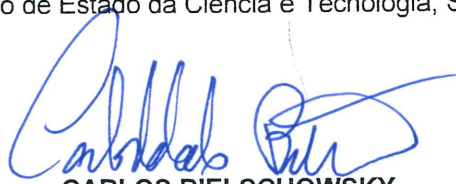
FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República



ILDEU DE CASTRO

Representante do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende



CARLOS BIELSCHOWSKY

Representante do Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad



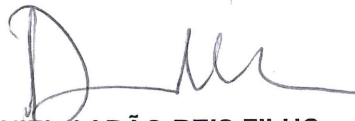
MURILO CÉSAR RAMOS

Conselheiro



PAULO RAMOS DERENGOVSKI

Conselheiro



DANIEL AARÃO REIS FILHO

Conselheiro

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO

Conselheiro



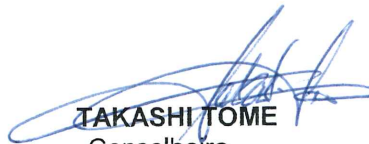
HELOISA MURGEL STARLING

Conselheira



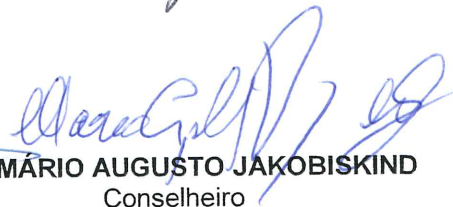
LOURIVAL ANTÔNIO MACEDO

Conselheiro



TAKASHI TOME

Conselheiro



MÁRIO AUGUSTO JAKOBISKIND

Conselheiro



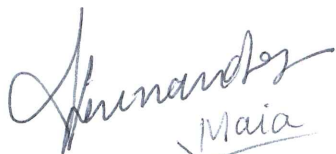
ANA MARIA VELOSO

Conselheira



JOSÉ ANTÔNIO FERNANDES MARTINS

Conselheiro



MARIA DA PENHA FERNANDES
Conselheira

LUCIA WILLADINO BRAGA
Conselheira



MANOEL ROBERTO SEABRA
Conselheiro



LAURINDO LEAL FILHO
Ouvidor-Geral da EBC

MARIA TEREZA CRUVINEL
Diretora-Presidente da EBC



DIOGO MOYSES RODRIGUES
Secretário